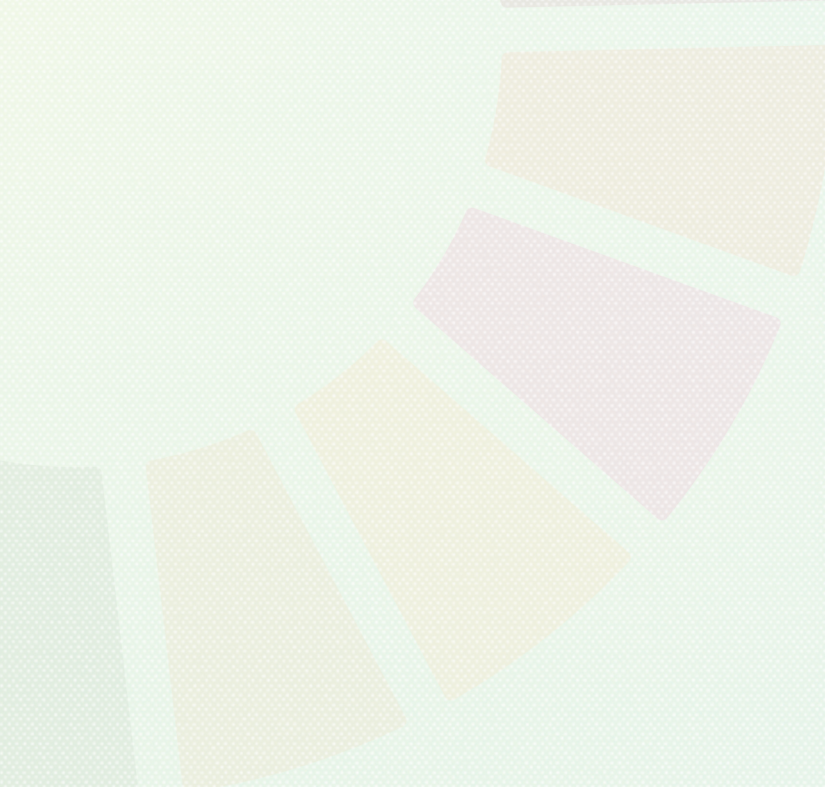


Boas práticas estaduais
de desenvolvimento
econômico sustentável





Boas práticas estaduais de desenvolvimento econômico sustentável



FICHA TÉCNICA

Diretoria Executiva

Paulo José Moreira Lara e Raísa Ortiz Cetra

Direção Financeira

Walquiria Moreira

Conselho Administrativo

Andressa Caldas

Antonio Gomes Moreira Maué

Lucia Cassab Nader

Luís Eduardo Patrone Regules

Malak El Chichini Poppovic

Marcos Flávio Rolim

Rodolfo Avelino (Presidente do Conselho)

Silvana Helena Gomes Bahia

Conselho Fiscal

Dirlene Regina da Silva

Marcos Roberto Fuchs

Mário Rogério da Silva Bento

Supervisão da publicação

Júlia Rocha

Maria Tranjan

Coordenação de pesquisa

Débora Lima

Júlia Rocha

Maria Tranjan

Pesquisa

Karime Pereira Ribeiro Lima

Texto

Brenda Cunha

Débora Lima

Karime Pereira Ribeiro Lima

Revisão textual

Lygia Roncel

Design gráfico

Daniella Domingues

Mariana Coan

Editoração

Romulo Santana Osthues

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Boas práticas estaduais de desenvolvimento econômico sustentável [livro eletrônico] / [coordenação de pesquisa Débora Lima, Júlia Rocha, Maria Tranjan ; pesquisa Karime Pereira Ribeiro Lima ; texto Brenda Cunha, Débora Lima, Karime Pereira Ribeiro Lima]. -- São Paulo : ARTIGO 19, 2024. PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-89389-40-8

1. Brasil - Desenvolvimento socioeconômico 2. Desenvolvimento econômico - Aspectos sociais 3. Desenvolvimento sustentável 4. Economia solidária 5. Gestão pública I. Lima, Débora. II. Rocha, Júlia. III. Tranjan, Maria. IV. Lima, Karime Pereira Ribeiro. V. Cunha, Brenda.

24-224884

CDD-338.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Desenvolvimento sustentável : Economia 338.9

Aline Grazielle Benitez — Bibliotecária - CRB-1/3129



Agradecemos à União Europeia, que nos permitiu realizar esta publicação por meio de financiamento, e o apoio do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Agenda 2030.



Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição CC BY 4.0.

SUMÁRIO

6	Introdução
6	O conceito de desenvolvimento sustentável
7	Agenda 2030
7	Agenda de Ação Adis Abeba
8	Parceria Global para a Cooperação Eficaz para o Desenvolvimento (Acordo de Parceria de Busan)
9	Metodologia
11	Achados
12	BAHIA
12	Bahia + Inovadora
14	Bahia + Verde
15	Bahia + Banco de Projetos Sociais
15	Parceiros da Mata
16	CEARÁ
17	Renda do Sol
17	Hub de Hidrogênio Verde
18	Águas do Sertão
18	ESPÍRITO SANTO
19	ES + Competitivo
20	Plano Espírito Santo - Convivência Consciente
20	Programa de Geração de Energia Renováveis do Espírito Santo (Gerar)
20	Qualificar ES
21	Fundo Soberano do Espírito Santo
21	GOIÁS
22	Juntos pelo Araguaia
23	Gênesis
23	Estratégia Goiás Carbono Neutro 2050
24	PARAÍBA
25	Arranjos e Sistemas Produtivos Locais
25	Algodão Orgânico Paraíba
26	Empreender PB
26	Plano de Desenvolvimento Territorial Inteligente e Sustentável
27	RIO DE JANEIRO
28	Pacto RJ
28	Rio 2030
30	Considerações Finais

INTRODUÇÃO

Em outubro de 2023, Fortaleza (CE) sediou o Conexão ODS, um evento voltado para promover práticas de sustentabilidade, organizado pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil e pela Somos Um, contando com a participação de governantes e lideranças. Esse evento foi importante por marcar a ampliação desse debate para além do eixo Rio-São Paulo – que, antes, constituía o principal foro.

No mesmo mês, Salvador (BA) figurou entre as cidades contempladas pelo Prêmio Global para o Desenvolvimento Sustentável nas Cidades, realizado pela ONU-Habitat e pelo governo de Xangai, na China. Entre as estratégias públicas que impulsionaram o reconhecimento, duas chamam a atenção: o *Plano de Ação Climática* e o programa *Treinar para Empregar*.

João Pessoa (PB) tem se destacado com o programa *João Pessoa Sustentável*, que se dedica ao desenvolvimento urbano sustentável, ao fortalecimento e ao planejamento da gestão pública municipal. Financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo próprio município, o programa tem permitido a economia de recursos e mais investimentos nas áreas habitacional, ambiental e de capacitação.

Em 2023, a cidade do Rio de Janeiro (RJ) presidiu a conferência anual do Observatório Internacional da Democracia Participativa, cujo encontro aconteceu no mês de novembro. O observatório apresenta-se como uma rede de troca de experiências e boas práticas em democracia participativa nos níveis local e regional. Em 2024, a cidade do Rio de Janeiro sediará a reunião dos chefes de Estado do G20, grupo de países com as vinte maiores economias – que, atualmente, é presidido pelo Brasil.

Apesar de os casos anteriormente descritos serem exemplos municipais, tais iniciativas apontam para o que buscamos com esta pesquisa: fazer um levantamento das estratégias públicas que são utilizadas para aumentar o desenvolvimento socioeconômico e a geração de emprego e renda e das medidas que são tomadas com foco na sustentabilidade dos estados brasileiros. Como visto, ainda que os casos apresentados fizessem referência às cidades, alguns estados brasileiros figuram como exemplares em uma série de redes que, das mais diversas formas, entrelaçam desenvolvimento e sustentabilidade.

Por conta disso, a pesquisa buscou identificar iniciativas estaduais que podem servir de exemplo e inspiração para o surgimento de outras.

O conceito de desenvolvimento sustentável

O conceito de *desenvolvimento sustentável* foi amplamente difundido a partir do final da década de 1980. Uma das principais referências é a publicação do relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas intitulado “Nosso Futuro Comum”, que ficou conhecido como “Relatório Brundtland”, em 1987.

A definição de desenvolvimento sustentável dada por esse relatório se apoia na ideia de equidade social das gerações: “[O] desenvolvimento sustentável é aquele que

atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades¹”.

O termo tem definição disputada pelos atores envolvidos nos processos de implementação de empreendimentos públicos e privados que causam impactos sociais e ambientais, e motivou uma série de discussões internacionais nas últimas décadas. Esse período foi marcado pelas profundas e rápidas transformações tecnológicas e pelo entendimento científico dos efeitos da emergência climática, sobretudo em populações mais vulneráveis.

O Brasil é signatário de diversos acordos internacionais que tratam dos mais variados temas e possuem os mais distintos vínculos com a pauta do desenvolvimento sustentável. Em relação à agenda econômica, alguns acordos e agendas destacam-se como centrais, entre eles a Agenda 2030, a Agenda de Ação Adis Abeba e a Parceria Global para a Cooperação Eficaz para o Desenvolvimento. Tais agendas são entendimentos orientadores para a pesquisa que culminou neste relatório, o qual integra uma estratégia mais ampla de promoção delas.²

Agenda 2030

A Agenda 2030 baseia-se na resolução “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, firmada pelos 193 países-membros da ONU – entre eles, o Brasil – durante a 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2015. Essa agenda, cujo foco é o desenvolvimento sustentável global, é composta de 17 objetivos e 169 metas que devem ser alcançados até 2030. Os objetivos dessa agenda são chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e cada um deles compreende um conjunto de metas que permitem alcançá-lo até o fim do prazo.³

Na ocasião da construção da Agenda 2030, foi reconhecido que “a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável”.⁴ Assim, devemos ter em mente que, apesar de se tratar de uma agenda com enfoque nos direitos econômicos, os direitos socioambientais e sociais também deverão ser priorizados por seus implementadores.

Agenda de Ação Adis Abeba

A Agenda de Ação Adis Abeba é o resultado das negociações dos Estados-membros da ONU feitas na 3ª Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento⁵, que ocorreu em 2015 em Adis Abeba, capital da Etiópia. O acordo materializado nessa agenda marca o fortalecimento do compromisso dos países com a estratégia de cooperação e o financiamento para o desenvolvimento sustentável.

O financiamento é considerado o elemento fundamental para o sucesso da nova agenda de desenvolvimento sustentável, que será conduzida através da implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que devem ser adotados por cerca de 150 líderes mundiais. Os ODS respondem às prioridades globais, incluindo a erradicação da pobreza e a fome, redução da desigualdade social, enfrentamento da mudança climática e preservação dos recursos naturais do planeta.⁶

- 1 COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). Nosso futuro comum. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- 2 O presente relatório faz parte de um conjunto de atividades financeiras da União Europeia para a promoção do desenvolvimento econômico sustentável com base no que propõe a Agenda 2030, a Agenda de Ação Adis Abeba e a Parceria Global para a Cooperação Eficaz para o Desenvolvimento, também conhecida como “Acordo de Parceria de Busan”. O trabalho tem sido desenvolvido em parceria pelas seguintes organizações: ARTIGO 19 Brasil e América do Sul, Gestos – Soropositividade e ACT Promoção da Saúde.
- 3 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) podem ser consultados neste link: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>
- 4 ONU. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel-C3%A1vel>
- 5 THIRD INTERNATIONAL CONFERENCE. Financing for Development. Ethiopia, 2015. Disponível em: <https://www.un.org/esa/ffd/ffd3/index.html>
- 6 ONU MULHERES. Adis Abeba: Países alcançam acordo histórico para financiar nova agenda de desenvolvimento da ONU. Brasil, 16 jul. 2019. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/adis-abeba-paises-alcancam-acordo-historico-para-financiar-nova-agenda-de-desenvolvimento-da-onu/>

Essa agenda tem como objetivo “promover prosperidade econômica universal e inclusiva e melhorar o bem-estar das pessoas, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente”⁷.

Parceria Global para a Cooperação Eficaz para o Desenvolvimento (Acordo de Parceria de Busan)

A Parceria Global para a Cooperação Eficaz para o Desenvolvimento, tradução livre de *Global Partnership for Effective Development Co-operation*, é um fórum que apoia a implementação da Agenda de Ação Adis Abeba e da Agenda 2030. A Parceria Global é uma plataforma multisetorial que busca promover a eficácia dos esforços direcionados ao desenvolvimento de todos os atores e contribuir para o alcance dos ODS de maneira duradoura; ela se envolve, principalmente, em atividades de capacitação e transferência de conhecimento entre os parceiros.

Os quatro princípios que orientam a Parceria Global são a propriedade do país, o foco em resultados, as parcerias inclusivas e a transparência e a responsabilidade mútua. Tais princípios foram deliberados, em 2011, por mais de 160 países e mais de 50 organizações no Acordo de Parceria de Busan, o resultado do IV Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, que ocorreu em Busan, na Coreia do Sul.⁸

7 Ibidem.

8 DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. Global Partnership for Effective Development Co-operation (GPEDC). United Nations. Disponível em: <https://sdgs.un.org/partnerships/global-partnership-effective-development-co-operation-gpedc>

METODOLOGIA

O objeto da pesquisa consiste na enumeração de boas práticas de desenvolvimento econômico sustentável implementadas pelos governos das unidades federativas brasileiras nos últimos quatro anos, à luz de levantamento documental e de entrevistas com gestoras e gestores estaduais. Não foram estabelecidos recortes prévios de práticas estaduais que nos interessavam, o que fez com que as pessoas entrevistadas ficassem livres para indicar, em suas respostas, quais delas consideravam mais relevantes no escopo temático de desenvolvimento econômico e sustentável.

Para tanto, entrevistamos funcionárias e funcionários de secretarias estaduais de desenvolvimento econômico, e suas variações, de planejamento e de meio ambiente, a depender do retorno do estado. As entrevistas tiveram duração prevista de uma hora, tendo sido realizadas de forma remota. O roteiro foi fundamentado nos tópicos do plano de trabalho estabelecido. As práticas deveriam ser recentes e, preferencialmente, implementadas a partir de 2020.

Com base nisso, a pesquisa foi organizada em etapas, que transcorreram ao longo de 2023. Na primeira delas, ocorreu o mapeamento dos estados que possuem secretarias próprias de desenvolvimento econômico de acordo com o site oficial dos governos estaduais. Em seguida, foram feitos, de forma virtual ou por telefone, o contato e o convite para as entrevistas, apoiados pelo mapeamento prévio.

No segundo semestre de 2023, foram realizadas as entrevistas semiestruturadas de forma remota com gestoras e gestores estaduais, incluindo líderes de secretarias e subsecretarias ou profissionais do serviço público de carreira das secretarias de desenvolvimento econômico, de planejamento e de meio ambiente, a depender do estado.

Assim, optamos pelo contato direto com as secretarias estaduais para entrevistas, de acordo com a metodologia adotada na pesquisa. Essa opção também trouxe dificuldades, sendo as principais delas a falta de retorno das secretarias e dos órgãos estaduais contatados e o fato de muitos canais de comunicação estarem desatualizados. Apesar disso, os obstáculos puderam ser contornados, e as entrevistas foram bem-sucedidas, oferecendo os subsídios para a realização deste relatório.

Políticas identificadas

Estado	Secretaria/órgão	Políticas identificadas
Bahia	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti)	<i>Bahia + Inovadora</i>
	Secretaria do Meio Ambiente (Sema)	<i>Bahia + Verde</i>
		<i>Banco de Projetos Socioambientais</i>
	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR)	<i>Parceiros da Mata</i>

Ceará	Secretaria de Infraestrutura (Seinfra)/ Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA)	<i>Renda do Sol</i>
	Secretaria das Cidades (SCIDADES)	<i>Águas do Sertão</i>
Espírito Santo	Secretaria de Desenvolvimento (Sedes)	<i>ES + Competitivo</i>
Goiás	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)	<i>Juntos pelo Araguaia</i>
		<i>Programa Gênese</i>
		<i>Estratégia Goiás Carbono Neutro 2050</i>
Paraíba	Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (Sedap)	<i>Algodão Orgânico Paraíba</i>
	Secretaria Executiva do Empreendedorismo (Empreender PB)	<i>Empreender PB</i>
	Secretaria de Estado de Turismo e Desenvolvimento Econômico (Setde)	<i>Plades</i>
Rio de Janeiro	Casa Civil (CC)	<i>Pacto RJ</i>
	Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (Seas)	<i>Rio2030</i>

Fonte: Elaboração própria.

ACHADOS

As políticas que contribuem para o desenvolvimento econômico sustentável podem estar – e geralmente estão – em diferentes secretarias estaduais. Por essa razão, as secretarias e os órgãos contatados foram de desenvolvimento econômico, de planejamento e de meio ambiente.

Os seis estados que nos retornaram e indicaram representantes para a entrevista foram: Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Paraíba e Rio de Janeiro. Destes, três estão localizados na região Nordeste (Bahia, Ceará e Paraíba); dois na região Sudeste (Espírito Santo e Rio de Janeiro) e um na Centro-Oeste do Brasil (Goiás). Em dois casos, duas pessoas da equipe de gestão pública da mesma secretaria – dos estados do Espírito Santo e de Goiás – foram entrevistadas ao mesmo tempo.

Entrevistas realizadas

Estado	Secretaria	Nome/cargo	Data
Bahia	Secretaria do Meio Ambiente (Sema)	Luiz Araújo, diretor executivo	10/10/2023
Ceará	Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag)	Sandra Machado, secretária	02/10/2023
Espírito Santo	Secretaria de Desenvolvimento (Sedes)	Mayara Lamberti, subsecretária; Claudio Saade, gerente	04/10/2023
Goiás	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)	José Bento da Rocha, subsecretário; Leonardo Serpa, superintendente	03/10/2023
Paraíba	Secretaria de Estado de Turismo e Desenvolvimento Econômico (Setde)	Heitor Hildack, gestor de convênios	03/10/2023
Rio de Janeiro	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag)	Leandro Damaceno, assessor-chefe	02/10/2023

Fonte: elaboração própria.

Foram incluídas ações orientadas para a resolução de demandas locais que levassem em consideração tanto o crescimento econômico do estado quanto aspectos socioambientais desejáveis, tais como a melhoria da qualidade de vida da população e a redução da pobreza; a ampliação do acesso aos bens e serviços públicos; a minoração das desigualdades e disparidades regionais; a redução do impacto no meio ambiente e nas populações diretamente afetadas; a recuperação e a proteção de biomas e ecossistemas ameaçados, entre outros aspectos.

Em se tratando de setor público e iniciativas públicas, a modernização e o investimento em capital humano e tecnológico por parte das secretarias também foram incluídos, por entendermos que tais medidas aumentam a capacidade estatal e a competitividade do estado, ou seja, têm implicações econômicas positivas a médio e longo prazos, principalmente na atração de investimentos.

As ações identificadas por meio das entrevistas e do levantamento documental estão em diferentes estágios de implementação; no caso das iniciativas em estágios iniciais, não há muitas informações sobre sua implementação e sua avaliação.

Contudo, foi identificada também a ausência de informações oficiais sobre políticas públicas que já estão em curso em todos os estados selecionados. Em alguns casos, as poucas informações obtidas foram transmitidas durante a entrevista ou encontradas apenas em matérias jornalísticas ou de cobertura de imprensa no período do lançamento da iniciativa. Isso evidencia a dificuldade do poder público em compartilhar informações relevantes sobre tais políticas, o que, por conseguinte, dificulta o controle social e cidadão e a transparência das ações públicas.

A seguir, são apresentados os achados do nosso levantamento, separados por estado.

BAHIA

O estado da Bahia está localizado na região Nordeste do Brasil e possui uma população de mais de 14,1 milhões de pessoas.⁹ Nos últimos anos, a Bahia tem se destacado em relação à produção de energias renováveis, em especial a eólica e a solar.

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em 2021 a Bahia foi considerada a liderança nacional em produção eólica e, em 2023, foi o segundo maior estado produtor de energia eólica do Brasil. Dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) reportados em uma pesquisa da Academia de Ciências da Bahia mostram que a produção energética do estado teve crescimento de 16,3% entre 2019 e 2021.¹⁰

As principais estratégias recentes voltadas para o desenvolvimento econômico, entendido de forma ampla, são os programas *Bahia + Inovadora* e *Bahia + Verde*. O programa *Bahia + Inovadora* reúne 11 programas e projetos implementados no âmbito da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia (Secti). Já o *Bahia + Verde* constitui uma estratégia mais ampla e está a cargo da Secretaria do Meio Ambiente (Sema). A entrevista com o representante da Sema também destacou o *Banco de Projetos Socioambientais*.

O programa *Bahia + Verde* dá enfoque à proteção e à recuperação do meio ambiente. Já as demais iniciativas cumprem a função de integrar o aspecto social por meio do financiamento de projetos locais como contrapartida do licenciamento ambiental, no caso do *Banco de Projetos Socioambientais*, e de transformação produtiva sustentável em áreas rurais, no caso do programa *Parceiros da Mata*. Em vista disso, o estado da Bahia mostra aderência à Agenda de Ação Adis Abeba, uma vez que tem buscado financiamento para a promoção da prosperidade econômica inclusiva e da proteção ao meio ambiente.

Bahia + Inovadora

O programa *Bahia + Inovadora* foi incluído no Plano Plurianual (PPA) do estado aprovado para os anos de 2024-2027. No site oficial do programa,¹¹ consta a

9 IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>.

10 AZEVEDO, Antonio et al. Energia para a Bahia em 2030. Academia de Ciências da Bahia, 2022. Disponível em: http://cienciasbahia.org.br/web-binarios/wp-content/uploads/2022/05/acb_GT_energia.pdf.

11 SECRETARIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO. Bahia + Inovadora. Governo do Estado da Bahia. Bahia. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/secti/135/bahia-inovadora>.

informação de que o total de investimentos previstos é de R\$ 1.037.616.000,00 (um bilhão, trinta e sete milhões e seiscentos e dezesseis mil reais).

Para além dos investimentos no PPA, a Secti prevê a implantação de um escritório de projetos para captação de recursos nos níveis nacional e internacional para as principais pautas estratégicas do governo da Bahia.

Essa iniciativa é voltada sobretudo para o estímulo e a difusão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para diferentes públicos-alvo e, de acordo com o site oficial, tem os seguintes princípios:

- territorialização/democratização das tecnologias;
- desenvolvimento econômico e social;
- infraestrutura para o desenvolvimento de CT&I;
- educação científica e empreendedorismo nas escolas;
- tecnologias sociais e os arranjos produtivos locais;
- ecossistema de inovação e empreendedorismo;
- transversalidade de políticas de governo.

Já sua implementação se dará por meio de 11 programas e projetos que estão no âmbito da Secti. São eles:

1. Popularização e Indução da Ciência
2. Audiovisual, Jogos Digitais e Realidade Imersiva
3. BAHIA.A
4. Inova Cidade
5. Conecta Bahia
6. Fundo Inovatec
7. Ciência na Mesa
8. Startup Expand
9. SEMEARIDO
10. Experience Arenas
11. Agência de Desenvolvimento CT&I

Destacamos dois desses projetos: *Ciência na Mesa* e *SEMEARIDO*. O *Ciência na Mesa* é parte do programa *Bahia Sem Fome* e atua conjuntamente com órgãos públicos do estado no apoio a pesquisas que desenvolvam tecnologias sociais inovadoras visando ao combate à fome e à erradicação da pobreza. A iniciativa tem como foco pessoas em vulnerabilidade social e busca desenvolver soluções efetivas no combate à fome, tendo como base evidências científicas que promovam a economia solidária, a agricultura familiar, a nutrição e a alimentação saudável.

Já o *SEMEARIDO* é um plano de desenvolvimento em CT&I para o semiárido direcionado para a agricultura familiar e para uma nova economia política para o semiárido baiano no século XXI. O plano parte de experiências-piloto que buscam desenvolver um novo modelo de industrialização de caráter ecológico no semiárido baiano baseado na bioeconomia, na superação da pobreza e na diminuição das assimetrias regionais. O público atendido compreende agricultoras e agricultores familiares, cooperativas, universidades, associações voltadas para o fortalecimento da pequena produção rural, cooperativas e trabalhadoras e trabalhadores rurais.

Os dois projetos relacionam-se com o ODS 1 (Erradicação da pobreza) e o ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável).

Bahia + Verde

Em junho de 2023, foi lançado o programa *Bahia + Verde*, em uma cerimônia que contou com a presença de autoridades como o governador da Bahia, o secretário de meio ambiente do estado e representantes das embaixadas da Itália, da Alemanha, dos Emirados Árabes Unidos e da França, assim como do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e do escritório brasileiro da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO no Brasil).

No evento de lançamento do programa, Eduardo Sodré, secretário de meio ambiente, destacou a seguinte visão:

Então, nossa pauta é nesse sentido, se o meio ambiente é único, a gente não pode tratar poder público, setor empresarial e sociedade civil de formas apartadas. Temos que trabalhar todos unidos e unificados com um meio ambiente como foco principal, no centro das decisões do desenvolvimento econômico. Sabemos a importância que nós temos para a indústria, para o agronegócio, para a agricultura familiar, para a agricultura de baixo carbono, e isso é de fundamental fator para que a gente consiga, no final, ter aquilo que a gente mais quer, um meio ambiente inserido na economia da sustentabilidade, o estado da Bahia como referência nesse quesito.¹²

A área ambiental tem atraído a atenção tanto do setor público quanto do setor privado. Por conta disso, o governo da Bahia tem estudado a possibilidade de criação de um *hub*¹³ de negócios ambientais. Nas palavras do representante da Sema entrevistado para a pesquisa, “a ideia inicial é o lançamento de um edital de apoio a *startups* da área ambiental, dando suporte, às vezes logístico, às vezes financeiro, às vezes de gestão do conhecimento. Enfim, isso ainda está em discussão aqui dentro, mas o escopo-base é um edital de apoio”.

Verificamos que o estado da Bahia tem utilizado como estratégia a busca ativa por negócios responsáveis e sustentáveis voltados tanto para a matriz energética quanto para a matriz econômica. Além da estratégia de atração, a Bahia tem se empenhado em incentivar negócios sustentáveis e em criar ferramentas de financiamento alternativo de políticas públicas.

Devido a isso, o programa *Bahia + Verde* tem recebido grande destaque do governo estadual, que o avalia como alinhado aos ODS e à Agenda 2030; em consonância com o Acordo de Paris; com a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26); e com o Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe, o Acordo de Escazú, firmado em Escazú, na Costa Rica, em 2018. Todos esses acordos foram, inclusive, citados na matéria de cobertura oficial do programa.¹⁴

Para o cumprimento de tais agendas, ainda de acordo com a matéria de divulgação, as ações previstas do programa são: elaboração de Planos Regionais de Proteção de Espécies Ameaçadas de Extinção, regeneração dos estoques de carbono, proteção de mananciais e desenvolvimento de plataforma de monitoramento integrado com o uso de inteligência artificial. Tais ações se aproximam do ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima).

12 Fala extraída da matéria de divulgação do lançamento do Bahia + Verde no site da Sema. - SEMA - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Com foco na sustentabilidade, Governo do Estado lança o Programa Bahia + Verde. Bahia, 01 jun. 2023. Disponível em: <https://www.meioambiente.ba.gov.br/noticia/2024-02/14650/com-foco-na-sustentabilidade-governo-do-estado-lanca-o-programa-bahia-verde>.

13 Hubs são “ambientes baseados na filosofia da inovação aberta, ou seja, que buscam, por meio da colaboração, gerar oportunidades de parcerias bem-sucedidas para o desenvolvimento de soluções inovadoras”. SEBRAE. Entenda o que é um Hub de Inovação e como funciona. Brasil, 30 nov. 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-o-que-e-um-hub-de-inovacao-e-como-funciona,32b-22cb3509c4810VgnV-CM100000d701210aR-CRD>.

14 SEMA - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Com foco na sustentabilidade, Governo do Estado lança o Programa Bahia + Verde. Bahia, 01 jun. 2023. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/meioambiente/noticia/2024-02/14650/com-foco-na-sustentabilidade-governo-do-estado-lanca-o-programa-bahia-verde>.

Entretanto, o objetivo do programa *Bahia + Verde* não é claro devido à falta de detalhamento sobre seu andamento nos sites e repositórios online oficiais do estado. Entendemos que se trata de uma estratégia que abarcará outros projetos e planos sazonais, como o projeto *Bahia + Verde Verão*. Ele se destina a ações diversas, como campanhas educativas, monitoramento ambiental e eventos temáticos, que se propõem a conscientizar a população e os turistas sobre o excesso de resíduos gerados e o aumento significativo da emissão de gases de efeito estufa (GEE) no período do verão, sobretudo no Carnaval.

Banco de Projetos Socioambientais

Além dos dois programas descritos anteriormente, na entrevista realizada com o representante da Sema, Luiz Araújo, foi apresentado o *Banco de Projetos Socioambientais*.¹⁵ Segundo o gestor, a iniciativa consiste em “um edital que deve ficar aberto permanentemente para que as pessoas possam apresentar projetos socioambientais”.

Dessa forma, a finalidade do banco é mitigar efeitos ambientais nocivos em processos de licenciamento por meio do financiamento de projetos que possam compensar tais efeitos”. Logo, o banco pretende aliar a mitigação de parte dos eventuais impactos causados por empreendimentos com o financiamento de projetos socioambientais – que não foram especificados.

Entretanto, não encontramos mais informações sobre o banco, nem sobre o período de sua vigência. Em uma busca no site da Sema, foram encontradas iniciativas semelhantes de mapeamento de projetos sociais que foram implementadas em outros períodos pela secretaria em parceria com universidades estaduais, mas as informações sobre elas se confundem com as divulgações do *Prêmio Bahia Sustentável*, um selo que contemplou seis projetos e ações sociais em 2023.

Parceiros da Mata

Outra recente iniciativa é o *Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica da Bahia – Parceiros da Mata*, que é resultante de acordos de empréstimo com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de 150 milhões de dólares. O *Parceiros da Mata* busca promover a transformação produtiva sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações inseridas na área rural da região da Mata Atlântica, especificamente nos Territórios de Identidade Baixo Sul, Litoral Sul, Vale do Jiquiriçá e Médio Rio das Contas. Os beneficiários do projeto são agricultoras e agricultores familiares, comunidades tradicionais, povos originários, pescadoras e pescadores artesanais e quilombolas.

Segundo o site do projeto,¹⁶ a iniciativa direciona-se à resolução dos seguintes problemas enfrentados pelas comunidades rurais da região: baixa produção e produtividade; vulnerabilidade das atividades da agricultura familiar às mudanças climáticas; degradação ambiental e desmatamento; serviços insuficientes de abastecimento de água para consumo humano e falta de saneamento básico.

O *Parceiros da Mata* é um projeto da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional do estado da Bahia e está dividido em quatro componentes: promoção de sistemas produtivos resilientes e de iniciativas de proteção e recuperação ambiental;

15 Os projetos selecionados para apoio podem ser consultados neste link: <https://www.ba.gov.br/meloambiente/102/apoio-projetos-socioambientais>

16 CAR - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. *Parceiros da Mata. Bahia*. Disponível em: <https://www.car.ba.gov.br/projetos/parceiros-da-mata>

segurança hídrica e saneamento rural; fortalecimento institucional e gestão do conhecimento; e gestão do projeto.

Em relação à sua implementação, houve uma consulta pública virtual em novembro de 2023, e foram divulgadas publicações concernentes ao projeto. Mais informações, como editais, porém, não foram encontradas, não sendo possível acompanhar o andamento e o estágio mais atualizado da iniciativa até o momento de conclusão da pesquisa.

CEARÁ

O estado do Ceará está localizado na região Nordeste do Brasil e possui uma população de mais de 8,7 milhões de pessoas (IBGE, 2022). Nos últimos anos, tem se destacado no cenário nacional em relação à sua solidez fiscal e à sua infraestrutura. Em 2017, o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) considerou que o Ceará teve o melhor desempenho fiscal entre os estados no ano de 2016 (Firjan, 2017) e se manteve entre os primeiros nos anos seguintes. No quesito infraestrutura, o estado abriga uma das poucas Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) que estão atualmente em funcionamento no país. As ZPEs têm como objetivo reduzir os desequilíbrios entre as regiões, fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social.¹⁷

As principais estratégias recentes voltadas para o desenvolvimento econômico são o programa *Ceará Veloz*, que está em sua terceira edição, e o programa *Impulsiona Ceará – Fortalecendo os Arranjos Produtivos Locais*. Ambos os programas reúnem uma série de iniciativas e direcionamentos para o desenvolvimento do estado, funcionando como documentos norteadores de programas dessa área.

O documento *Ceará Veloz 3.0* destaca os diferenciais competitivos do estado: a estabilidade fiscal e a liderança de investimentos públicos no Brasil; sua privilegiada localização geográfica; seus três *hubs* – espaços destinados a trocas de experiências e oportunidades –, aeroportuário, marítimo e tecnológico; sua ZPE; entre outros. A cartilha também ressalta que o estado utiliza como referencial das políticas a adequação aos ODS. Já o programa *Impulsiona Ceará* tem como principais finalidades a identificação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) e o fortalecimento deles conforme suas potencialidades. Alguns dos tópicos da entrevista com a secretária de planejamento e gestão foram a segurança hídrica; a tecnologia e inovação, que está sendo aprimorada e continuada pelo estado; e a condução de processos participativos que replicam, em nível estadual, o PPA nacional. Com base na entrevista, selecionamos algumas boas práticas, aqui entendidas como iniciativas públicas, em momentos distintos de execução, que priorizam diferentes aspectos do desenvolvimento econômico sustentável. Além dos investimentos direcionados para a infraestrutura do estado e para a educação pública, mencionados pela secretária, é notório que parte dos projetos citados está voltada para a conversão de recursos naturais. Essa estratégia alia a conversão de recursos naturais abundantes, como a luz solar e o hidrogênio, com a identificação de mercados em ampla expansão nacional e internacional.

Nesse sentido, o Ceará busca atrair investimentos em um mercado de energia limpa em expansão no Brasil, no caso do hidrogênio verde,¹⁸ e incentivar a microgeração de energia solar e a geração de renda por meio da comercialização da energia produzida, de forma a reduzir a extrema pobreza em determinadas localidades do

17 BUENO, Sanara. Saiba mais sobre o que é ZPE. Fazcomex. Brasil, 02 jul. 2024. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/comex/zpe-o-que-e>

18 O hidrogênio verde recebe esse nome devido ao processo de sua produção, que utiliza a eletrólise, isto é, a “quebra” da molécula de água (H₂O) em hidrogênio (H₂) e oxigênio (O₂).

estado. Também é evidente que está altamente comprometido com a ampliação da oferta hídrica para seu interior.

Renda do Sol

O projeto *Renda do Sol* tem como alvo a redução da pobreza na zona rural do Ceará por meio da geração de energia solar para consumo próprio e dos rendimentos financeiros obtidos da venda do excedente da energia solar produzida às empresas interessadas. Dessa forma, é um projeto de desenvolvimento econômico sustentável com base em energias renováveis, devido à matriz energética que está sendo utilizada. Portanto, o projeto *Renda do Sol* alia a redução da pobreza com a geração de energia para consumo e comercialização, contribuindo para a autonomia das famílias da zona rural, além de se beneficiar de recursos naturais abundantes e renováveis disponíveis no estado.

O projeto *Renda do Sol* integra o bojo de ações reunidas na Plataforma Ceará 2050. Ele tem como escopo “projetos e ações ordenados para contribuir com a redução da pobreza por meio da geração de renda pela microgeração distribuída¹⁹ de energia solar, organizadas de modo a pautar um modelo de desenvolvimento sustentável ditado pelas vocações do estado” (CEARÁ, p. 4, s.d.).²⁰

O público-alvo do *Renda do Sol* são as famílias em condição de pobreza e extrema pobreza. A previsão é que esse projeto implante sistemas fotovoltaicos de geração distribuída de energia solar nas associações e cooperativas atendidas pelo projeto São José, o que beneficiará aproximadamente 7.400 famílias. Como instrumento de geração de renda, o *Renda do Sol* prevê a implantação de três projetos-piloto de microgeração distribuída residencial em adensamentos urbanos que, juntos, reúnem aproximadamente 150 famílias.

O *Renda do Sol* está em andamento desde 2020, quando foram feitos estudos para o mapeamento das famílias que serão beneficiadas pelo projeto, e se relaciona com o ODS 1 (Erradicação da pobreza) e o ODS 7 (Energia acessível e limpa).

Hub do Hidrogênio Verde

O investimento em energia renovável – mais especificamente em hidrogênio verde – tem atraído grandes empresas nacionais e internacionais para o estado do Ceará. A captação do hidrogênio é feita com fontes de energia consideradas mais limpas e pode utilizar água de reuso. Por conta disso, o hidrogênio verde é considerado uma fonte de energia de baixo carbono.

Tais investimentos pretendem garantir uma maior oferta de empregos de alta qualificação, em linha com o foco na educação que caracteriza o governo do Estado. Sandra Machado, secretária estadual de planejamento e gestão, destacou, durante a entrevista, uma série de protocolos já assinados que deverão fundamentar projetos tecnológicos e de desenvolvimento industrial e socioeconômico. O programa espera contribuir para o aprofundamento do uso de energias renováveis não só no estado do Ceará, mas também em todo o país.

O *Hub do Hidrogênio Verde* foi inaugurado em 2021 pelo Complexo do Pecém, pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec) e pela Universidade Federal do Ceará (UFC). O *hub* objetiva “transformar o território cearense em um grande fornecedor global deste tipo de combustível, gerando emprego, renda e contribuindo

19 De acordo com a Resolução Normativa da Aneel nº 1059/2023, a microgeração distribuída consiste em uma central geradora de energia elétrica que utiliza fontes renováveis ou de cogeração qualificada com potência menor ou igual a 75 kW. - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. Resolução Normativa Aneel nº 1.059, de 07 de fevereiro de 2023. Aprimora as regras para a conexão e o faturamento de centrais de microgeração e minigeração distribuída em sistemas de distribuição de energia elétrica, bem como as regras do Sistema de Compensação de Energia Elétrica; altera as Resoluções Normativas nº 920, de 23 de fevereiro de 2021, 956, de 7 de dezembro de 2021, 1.000, de 7 de dezembro de 2021, e dá outras providências. Brasília, 07 fev. 2023.

Disponível em: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren20231059.html>

20 PLATAFORMA CEARÁ ESTRATÉGICO 2050. Renda do Sol. Sepalg - Secretaria do Planejamento e Gestão. Ceará, 2020. Disponível em: <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/07/Renda-do-Sol.pdf>

diretamente para a descarbonização do planeta, um dos objetivos estipulados por diversos países do mundo até 2050".²¹

Espera-se que os investimentos futuros nessa fonte de energia atraiam indústrias e fomentem desenvolvimento tecnológico, industrial e socioeconômico no estado e na região. A partir da parceria e do *know how* do Porto de Roterdã, o *hub* direciona-se para a atração de companhias de energia renovável e empresas produtoras, de armazenamento e de transporte de hidrogênio, a fim de gerar mais receita e aumentar o produto interno bruto (PIB) cearense. Logo, também essa iniciativa busca se relacionar ao ODS 7 (Energia acessível e limpa).

Águas do Sertão

O *Águas do Sertão* destina-se a ampliar o saneamento básico e o abastecimento de água em áreas rurais. Com isso, pretende reduzir a vulnerabilidade e melhorar a saúde e a qualidade de vida de populações rurais por meio do acesso ao esgotamento sanitário e ao abastecimento de água. É uma iniciativa que tem como escopo servir à necessidade de adaptação às mudanças climáticas, sobretudo em regiões de secas frequentes.

Além de recursos do governo do Ceará, o programa é financiado por meio de crédito concedido pelo banco de desenvolvimento alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) e por recursos do Latin American Investment Facility (Laif) da União Europeia que, juntos, totalizam mais de 62,5 milhões de euros. É implementado pelo governo do Ceará por meio da Secretaria das Cidades.

Assim como o projeto anterior, este está alinhado ao cumprimento do ODS 6 (Água potável e saneamento), além de cumprir com o que propõe o Acordo de Parceria de Busan.

ESPÍRITO SANTO

O estado está localizado na região Sudeste do Brasil e possui uma população de mais de 3,8 milhões de pessoas (IBGE, 2022). Ele figura no topo de *rankings* que avaliam a transparência pública, como o *Mapa Brasil Transparente*, organizado pela Controladoria-Geral da União.²² Isso mostra, entre outras coisas, sua preocupação com a governança corporativa e pública a partir da elaboração de planos de integridade, ética e *compliance*, inclusive na maioria das secretarias estaduais.

O Espírito Santo também tem como característica o planejamento a médio e longo prazos. O *Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo até 2025* foi elaborado em 2006, e já há um plano de desenvolvimento para 2030,²³ elaborado em 2013. Nota-se que muitos dos direcionamentos que constam nesses planos foram seguidos ao longo dos anos e continuam traduzindo os esforços do estado, como pode ser visto no trecho a seguir:

O Espírito Santo consolidará um setor de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) altamente integrado às empresas, orientando suas ações prioritariamente para as demandas do setor produtivo, de tal forma que este se constituirá em efetivo *locus* da inovação. Os investimentos serão atraídos para o Estado, sobretudo pela qualidade do capital humano e pelas excelentes condições logísticas e tecnológicas. Dessa maneira, com uma estrutura produtiva dinâmica e impulsionada pela inovação, o Espírito Santo terá uma economia de crescente valor agregado, diversificada e altamente integrada à economia global (ES, 2006, p. 58).

21 PECÉM - COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO. Hub de hidrogênio verde do complexo do Pecém. Ceará. Disponível em: <https://www.complexodopecem.com.br/hubh2v>

22 MAPA BRASIL TRANSPARENTE. Escola Brasil Transparente: Avaliação 360°. 2ª edição. Controladoria Geral da União. Brasil, 2020. Disponível em: https://mbt.cgu.gov.br/publico/avaliacao/escala_brasil_transparente/66

23 ESPÍRITO SANTO 2030. Plano de Desenvolvimento. Espírito Santo, dez. 2013. Disponível em: <https://planejamento.es.gov.br/Media/sep/Plano%20ES%202030/ES2030.pdf>

A entrevista com pessoas da gestão do Espírito Santo destacou a atuação dos bancos públicos do estado, bem como a do Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo (Funes). Os chamados “fundos soberanos” constituem uma reserva dos recursos financeiros decorrentes da exploração de petróleo e gás natural e estão ajustados à ideia de equidade geracional, que prega que gerações futuras possam ter acesso aos recursos naturais existentes e aos rendimentos econômicos provenientes desses recursos.

Ficaram evidentes, tanto pelo levantamento documental quanto pela fala das pessoas entrevistadas, a proximidade dos setores público e privado e os frutos dessa convergência para a economia e para todo o estado. As parcerias, a transparência e a responsabilidade mútua são alguns dos princípios que orientam a agenda da Parceria Global para a Cooperação Eficaz para o Desenvolvimento (GPEDC).

Além disso, a gestora e o gestor consultados foram os únicos que trouxeram uma iniciativa com foco na pandemia – a do auxílio/edital para artistas no período da pandemia – como exemplo de medida econômica bem-sucedida e um plano de recuperação econômica para o período pós-pandemia.

ES + Competitivo

Em julho de 2023, o estado do Espírito Santo instituiu o projeto *ES + Competitivo* e criou o *Escritório de Investimento/ES*, ambos vinculados à Secretaria de Desenvolvimento (Sedes). Segundo a divulgação do projeto, o objetivo é efetuar a prospecção de negócios, e a meta era ultrapassar o número de 600 empresas contatadas em 2022, que geraram mais de R\$ 1,2 bilhão em investimento e mais de 1.600 empregos diretos.

A estratégia utilizada pelo Espírito Santo tem sido a de aproximar o mercado privado e a administração pública estadual e fortalecer as relações institucionais na área econômica, tendo como foco o desenvolvimento do estado. A fala do secretário de Desenvolvimento, na ocasião da criação do projeto, aponta para as empresas que o estado pretende privilegiar: “Temos um ambiente saudável para atrair, prospectar e vamos em busca [disso], priorizando aqueles que estejam alinhados com as pautas de *Environmental, Social and Governance* [Ambiental, Social e Governança, da sigla em inglês ESG] e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”.²⁴

O projeto *ES + Competitivo* busca atrair parcerias e negócios que estejam alinhados a práticas sustentáveis e aos ODS, a partir das seguintes diretrizes: reindustrializar o estado; promover a economia verde; intensificar a implementação inovadora da tecnologia da indústria 4.0; incentivar o adensamento da cadeia produtiva e reduzir as desigualdades regionais; e apoiar o desenvolvimento de ações visando à formação e à capacitação profissional para atender às demandas do setor produtivo. Essas diretrizes, porém, não são traduzidas em objetivos e metas tangíveis, que possam ilustrar como serão alcançadas.

Nesse sentido, o projeto consiste em uma cooperação técnica entre a Secretaria de Desenvolvimento (Sedes) e a Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes). A Sedes prestará atendimento às empresas no Escritório de Investimento criado no bojo do projeto e poderá apoiá-las por meio de fornecimento de material e de projetos. Espera-se que o acordo atraia novos atores/investidores, entregue análises qualitativas e realize a gestão de projetos com o intuito de criar emprego e renda com o equilíbrio do desenvolvimento social e econômico.

24 GOVERNO ES. Desenvolvimento: Estado cria Projeto ES +Competitivo e Escritório de Investimento. Governo do Estado do Espírito Santo. Espírito Santo, 05 jul. 2023. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/desenvolvimento-estado-cria-projeto-es-competitivo-e-escritorio-de-investimento>

Plano Espírito Santo – Convivência Consciente

O *Plano Espírito Santo – Convivência Consciente* foi constituído como forma de promover a recuperação econômica no período pós-pandemia. Trata-se de uma colaboração entre os setores público e privado que evidencia uma longa e sólida trajetória de parceria entre ambos em prol do desenvolvimento do estado. Entre os parceiros do governo estadual estão a Federação da Indústria do Espírito Santo, o Espírito Santo em Ação (ES em Ação) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

De acordo com o site de divulgação do plano,²⁵ não há uma estrutura rígida nele, o que faz com que possa ser alterado conforme o monitoramento dos impactos na economia e, se necessário, ter suas ações e metas realinhadas.

O grande pilar desse plano é a geração de empregos. De forma a dar um panorama, são previstos R\$ 32 bilhões de investimentos, sendo R\$ 9 bilhões provindos de recursos públicos e R\$ 23 bilhões de recursos privados, com a estimativa de gerar 100 mil empregos. Infelizmente, não foram encontradas informações sobre os tipos de investimento e de emprego previstos.

Programa de Geração de Energias Renováveis do Espírito Santo (Gerar)

O *Programa de Geração de Energias Renováveis do Espírito Santo (Gerar)*, atualmente vinculado à Sedes, foi criado em 2021 por meio da Lei n. 11.253/2021 e é regulamentado pelo Decreto n. 4896-R/2021. O *Gerar* faz parte do *Plano Espírito Santo – Convivência Consciente*, que tem como foco a promoção do desenvolvimento econômico em todas as regiões do estado. O programa possui seis eixos de atuação: instrumentos regulatórios; incentivos tributários; pesquisa e desenvolvimento; acesso à rede; desenvolvimento regional; e financiamentos. No eixo “incentivos tributários”, o *Gerar* direciona-se ao setor produtivo com a isenção de ICMS para minigeração distribuída de energia elétrica de fonte solar fotovoltaica de até 5 MW.

Os objetivos são diversos, desde a diversificação da matriz energética, passando pela descentralização e pela interiorização do desenvolvimento socioeconômico, até a melhoria da qualidade de vida da população do Espírito Santo. O *Gerar* pretende tornar o ambiente de negócio mais competitivo e seguro, e foi visto como uma aposta positiva em meio à pandemia de Covid-19, momento social e político no qual os governos tinham como finalidade comum atrair investimentos, gerar empregos e angariar novas oportunidades, frente ao desaquecimento da economia decorrente da pandemia.

O *Gerar* cresceu, e existe hoje um Sistema Gerar – ou SisGERAR –, por meio do qual é feita a solicitação para a isenção de imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias (ICMS) e a minigeração de energia de fonte solar de forma facilitada e acessível, contando, ainda, com canais de transparência específicos. O *Gerar* se direciona ao ODS 7 (Energia acessível e limpa).

Qualificar ES

O programa *Qualificar ES* foi criado em 2019 com o objetivo de promover a qualificação profissional dos residentes no estado, priorizando o empreendedorismo, a empregabilidade e a inovação. O programa está a cargo da Secretaria da Ciência,

25 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO (SEDES). Plano Espírito Santo: Convivência Consciente. Governo do Estado do Espírito Santo. Espírito Santo. Disponível em: <https://planoes.es.gov.br>

Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti), que oferece cursos gratuitos, remotos e semipresenciais de diversas áreas e contribui para a formação profissional dos interessados. No site do programa,²⁶ afirma-se que há 600 polos, 600 mil vagas online e presenciais, e que são atendidos 60 municípios do estado e ofertados 150 cursos. O programa também possui uma modalidade voltada especificamente para as mulheres, o *Qualificar ES Mulher*.

Fundo Soberano do Espírito Santo

A entrevista realizada com duas pessoas da equipe de gestão da Sedes destacou ainda o papel do *Fundo Soberano do Espírito Santo* (Funes). Criado pela Lei Complementar n. 914, de 17 de junho de 2019, o fundo destina-se à gestão responsável e de longo prazo das receitas provenientes da exploração dos recursos de petróleo e gás natural do estado. O Funes tem duas vertentes:

1. Promover o desenvolvimento econômico sustentável do Estado, por meio de uma política de investimentos estratégicos, com capacidade de criar infraestrutura econômica e estimular o desenvolvimento de um ambiente propício à atração de cadeias produtivas e oportunidades de investimentos, de forma a intensificar o crescimento da economia estadual, o desenvolvimento regional, o incentivo à inovação e à sustentabilidade.
2. Proteger a economia capixaba da volatilidade das receitas do petróleo e do gás natural, servindo-se como reserva financeira e como plano de poupança de longo prazo, a fim de mitigar possíveis riscos e auxiliar a condução da política fiscal do Estado em períodos anticíclicos.²⁷

GOIÁS

Goiás está localizado na região Centro-Oeste do Brasil e tem uma população de mais de 7 milhões de habitantes (IBGE, 2022). A prestação de serviços, a agricultura e a agropecuária constituem os principais setores econômicos do estado. Goiás tem dado cada vez mais atenção a boas práticas sustentáveis, devido à centralidade que a questão ambiental passou a ter nos últimos tempos.

Uma particularidade do estado é que todas as políticas relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável estão localizadas no mesmo órgão, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), que foi consultada durante nossa pesquisa. Com base na entrevista com gestoras e gestores públicos, foi possível identificar que a secretaria está investindo em estratégias de gestão mais modernas, entre as quais nos interessam aquelas que, porventura, terão impactos econômicos e sustentáveis.

Em relação a esse estado, abordamos notadamente ações ambientais. Isso pode ser explicado, primeiro, por ter sido a Semad o único órgão a retornar o nosso contato e, segundo, por ter havido uma mudança recente na concepção da área ambiental²⁸, a qual, de acordo com os entrevistados, teria aproximado as medidas de preservação ambiental de outras políticas.

Goiás busca contornar um dos maiores desafios identificados no cumprimento dos objetivos e metas da Agenda 2030, que é o baixo investimento na preservação do

26 SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (SECTI). Qualificar ES. Governo do Estado do Espírito Santo. Espírito Santo, 2019. Disponível em: <https://qualificar.es.gov.br>

27 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESPÍRITO SANTO. Fundo Soberano ES. Governo do Estado do Espírito Santo. Espírito Santo, 2019. Disponível em: <https://fundosoberano.es.gov.br>

28 Em 2020 o governo do estado de Goiás estabeleceu a Lei 20.694 que estabelece normas para o licenciamento ambiental no estado. A nova lei foi considerada uma das mais avançadas do Brasil. SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Decreto do Governo de Goiás regulamenta a nova Lei de Licenciamento Ambiental, considerada a mais moderna do Brasil. Governo do Estado de Goiás. Goiás, 04 set. 2020. Disponível em: <https://goias.gov.br/meioambiente/decreto-do-governo-de-goias-regulamenta-nova-lei-de-licenciamento-ambiental-considerada-a-mais-moderna-do-brasil/>

meio ambiente. A defesa da preservação do Cerrado, sob o lema “manter o Cerrado em pé”, mostra comprometimento com o ODS 15 (Proteger a vida terrestre).

Conjuntamente com as ações de educação ambiental e o plantio de mudas, o programa pode representar mudanças significativas de engajamento das populações locais e apropriação de pautas sustentáveis específicas para o contexto da região. No entanto, a implementação do programa carece de maior celeridade, como será visto adiante.

O governo goiano busca realizar compensações financeiras com a contrapartida de preservação ambiental e medidas que valorizem o patrimônio socioambiental, de forma a serem criados polos turísticos sustentáveis e de experiência²⁹ que atraiam investimentos e desenvolvimento econômico para as localidades.

Ainda assim, notamos que dois aspectos precisam ser mais bem desenvolvidos no que tange às iniciativas de desenvolvimento sustentável desse estado. De saída, é notório que são disponibilizadas poucas informações sobre o andamento e o estágio atual dos programas, o que implica poucos subsídios para o acompanhamento e a análise destes. Além disso, tanto na fala dos gestores quanto no material divulgado sobre as iniciativas, o foco recai unicamente sobre o meio ambiente, deixando de lado aspectos sociais sobre os impactos e as eventuais melhorias que promoveriam na vida das populações locais e comunidades tradicionais possivelmente afetadas. Isso mostra que, mesmo com a mudança de concepção que teria acontecido no estado, ações voltadas para a área ambiental ainda estão longe de promover o desenvolvimento equitativo e inclusivo.

Juntos pelo Araguaia

O programa *Juntos pelo Araguaia* (JPA) consiste no maior projeto de revitalização de uma bacia hidrográfica em execução no Brasil. Ele tem como objetivo promover a recuperação de 10 mil hectares da bacia hidrográfica do Rio Araguaia, que sofre com assoreamento e degradação, e proporcionar o reflorestamento do Cerrado, o segundo maior bioma brasileiro em extensão. De acordo com o site³⁰ do programa, ele ainda tem como meta fornecer serviços ambientais, como a captura de carbono, e promover mudança cultural que resulte em práticas sustentáveis de ocupação desse território.

Como exemplo, são destacadas ações de educação ambiental e de reflorestamento e projetos individualizados para cada propriedade rural integrante do programa. Isso é importante na medida em que aumenta o engajamento dos produtores rurais na restauração das áreas degradadas e estimula a governança participativa e efetiva dos recursos naturais. Essas ações contribuem para o engajamento social e o fortalecimento das economias locais.

Ainda de acordo com o site da iniciativa, ela “demonstra total aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, contribui para a erradicação da pobreza e da fome, o acesso à água e ao saneamento, o desenvolvimento sustentável, e a luta contra as mudanças climáticas”.

Segundo os dados compilados e disponibilizados no site, estima-se que serão beneficiadas diretamente pelo projeto quase 21 mil pessoas e, indiretamente, 60 mil. O projeto também será implementado no estado do Mato Grosso.

Contudo, apesar da magnitude do programa, até a finalização da pesquisa, o progresso de sua execução em Goiás é de apenas 4,5% e, em Mato Grosso, de 0%, de acordo com os mesmos dados divulgados para o acompanhamento, o que evidencia que muito pouco foi feito efetivamente para o alcance dos objetivos divulgados.

29 De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2015), “o turismo de experiência é um nicho de mercado que apresenta uma nova forma de fazer turismo, onde existe interação real com o espaço visitado, mesmo que não seja o ideal, é o real e é o que o turista está em busca”. SEBRAE. Turismo de experiência: viagens que despertam os sentidos. Brasil, 25 mai. 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/turismo-de-experiencia-viagens-que-despertam-os-sentidos,7d-0137776fff6810VgnV-CM1000001b00320aR-CRD>

30 JUNTOS PELO ARAGUAIA. Juntos pelo Araguaia, uma semente de esperança em um futuro mais sustentável e equilibrado. Goiás, 2019. Disponível em: <https://www.juntospeloaraguaia.org.br/blank-1>

Gênesis

O programa *Gênesis* é voltado para o desenvolvimento integrado e sustentável do nordeste goiano e prevê a promoção do equilíbrio entre meio ambiente e expansão econômica nessa região. Ele fortalece investimentos e programas iniciados em anos anteriores, como o programa *Goiás em Movimento*; a ampliação do serviço de energia elétrica e de água tratada para as comunidades Kalunga; a ampliação da rede de policlínicas; o projeto regional da cerveja de mandioca e os programas de qualificação para a agricultura familiar.

A contratação dos projetos no âmbito desse programa foi feita por meio do instrumento de compensação ambiental, realizada diretamente com a iniciativa privada. Tal instrumento obriga os grandes causadores de impacto ambiental a destinarem recursos para unidades de conservação e proteção ambiental.

O programa *Gênesis* busca o desenvolvimento integrado e sustentável, por meio da associação entre a sustentabilidade, o turismo, a identidade cultural e a tecnologia. Já os eixos do *Gênesis*, descritos no site da Semad, são:

- Constituir uma jornada para o conhecimento, inovação e criatividade;
- Utilizar energias limpas e renováveis em todos os processos;
- Desenvolver o turismo de experiência, imersão e aprendizado;
- Impulsionar o desenvolvimento regional a partir da economia verde;
- Fortalecer a identidade e a cultura regional;
- Desenvolver a região de forma integrada;
- Desenvolver o território do bem-estar;
- Estruturar os parques estaduais Águas do Paraíso e de Terra Ronca;
- Garantir a segurança hídrica regional e;
- Implantar um sistema de resiliência regional frente às mudanças climáticas.³¹

Entretanto, não foram encontradas mais informações nem exemplos de ações já implementadas no âmbito do programa.

Em vista disso, como o *Gênesis* divulga que pretende fortalecer as iniciativas mencionadas anteriormente, é necessário chamar atenção para o fato de que comunidades quilombolas Kalunga localizadas no município de Cavalcante (GO) obtiveram serviços básicos, como água tratada e energia elétrica, pela primeira vez apenas em dezembro de 2020. A matéria³² divulgada pelo governo de Goiás conta que moradores dessa comunidade esperaram por mais de 70 anos até alcançarem tais serviços, considerados essenciais.

Estratégia Goiás Carbono Neutro 2050

Em Goiás, uma das ações do plano voltado para o carbono neutro é a *Estratégia Goiás Carbono Neutro 2050*, documento lançado em setembro de 2023 que estipula, entre outras coisas, diretrizes para zerar a emissão líquida de carbono até o ano de 2050. Essa iniciativa está a cargo da Gerência de Mudanças Climáticas e Serviços Ecossistêmicos (Gecli) da Semad e tem como objetivo promover a resiliência na cidade e no campo através de uma estratégia de desenvolvimento sustentável.³³

A *Estratégia* possui três eixos: 1) Território sustentável; 2) Plano de ação e trajetória climática; e 3) Fomento ao mercado de carbono.

31 SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Programa Gênesis: Desenvolvimento Integrado e Sustentável no Nordeste Goiano. Governo do Estado de Goiás. Goiás, 22 nov. 2023. Disponível em: <https://goias.gov.br/meioambiente/projeto-genesis/>

32 SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO. Água tratada e energia elétrica chegam à comunidade Kalunga. Governo do Estado de Goiás. Goiás, 29 dez. 2020. Disponível em: <https://goias.gov.br/agua-tratada-e-energia-eletrica-chegam-a-comunidade-kalunga>

33 SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Estratégia Goiás Carbono Neutro 2050. Governo do Estado de Goiás. Goiás. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1nluZOmFYbs_ibqi-XnXa8GGM85tJe0IN/view

No eixo 1, estão previstas ações para a transição para a agricultura de baixa emissão de carbono até 2025. Para tanto, em 2024, serão feitas parcerias colaborativas entre os setores público e privado para o aumento da produção aliado à diminuição da emissão de carbono ao longo da cadeia produtiva.

No eixo 2, o foco é o enfrentamento à crise climática e será norteado por planos e metas do Governo Federal e por diretrizes internacionais. Nos anos de 2024 e 2025, estão previstas análises de risco e vulnerabilidade à mudança climática e a criação de um sistema estadual de monitoramento de emissões.

O eixo 3 diz respeito ao fomento ao mercado de carbono, em expansão no País, que pretende facilitar a certificação de créditos de carbono capazes de acessar os mercados nacionais e internacionais.

Além disso, a *Estratégia* prevê o fomento de uma economia baseada na manutenção do Cerrado em pé com o pagamento por serviços ambientais. Dessa forma, até 2026, serão estipuladas iniciativas que valorizem economicamente a manutenção de hectares de floresta em pé, bem como a recuperação de córregos e mananciais. Tais iniciativas, no entanto, ainda não estão previstas.

Novamente, na pesquisa não foram localizadas etapas já implementadas no âmbito dessa iniciativa. A falta de propostas para o curto prazo e de ações concretas da Semad para atingir as metas estabelecidas foi alvo de críticas por parte de deputados de oposição ao governo estadual.³⁴

PARAÍBA

O estado da Paraíba está localizado na região Nordeste do Brasil e possui uma população de mais de 3,9 milhões de pessoas (IBGE, 2022). De acordo com o Ranking de Gestão e Competitividade dos Estados de 2023,³⁵ organizado pelo Centro de Liderança Pública (CLP), a Paraíba encontra-se em segundo lugar entre os estados do Nordeste e em décimo terceiro lugar entre todos os estados, tendo ocupado a posição do mais competitivo do Nordeste na edição do ranking do ano anterior (2022).

Além da competitividade, outros potenciais da Paraíba são a infraestrutura, a capacidade de inovação e a solidez fiscal. O estado tem uma das menores dívidas públicas do País, e mantém seu PIB e sua taxa de geração de emprego em constante aumento.

Notamos que o desenvolvimento econômico da Paraíba está orientado em dois sentidos. O primeiro, voltado para a atração de novas empresas e indústrias e para o fortalecimento do setor privado local por meio da identificação de seu potencial de arranjos e sistemas produtivos. Determinados setores e cadeias produtivas têm recebido destaque, como a produção de leite de cabra, a confecção de renda renasçença e a produção de algodão orgânico. Esta última tem sido incentivada por meio de iniciativas públicas e parcerias com órgãos técnicos, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e apresenta alto potencial de aliar a produção rural sustentável à geração de renda. Já o segundo sentido é voltado para o fomento ao turismo e a interiorização do turismo no estado. As justificativas para compreendermos como afins os setores de desenvolvimento econômico e de turismo são que eles estão reunidos em uma mesma pasta estadual, a Secretaria de Estado do Turismo e do Desenvolvimento Econômico (Setde), e que tal atividade econômica foi enfatizada pelo gestor entrevistado.

34 AGÊNCIA ASSEMBLEIA DE NOTÍCIAS. “Estratégia ambiental apresentada pelo Governo não é efetiva”, afirma Antônio Gomide. Assembleia Legislativa de Goiás. Goiás, 12 set. 2023. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/136841/estrategia-ambiental-apresentada-pelo-governo-nao-e-efetiva-affirma-antonio-gomide>

35 “O Ranking de Competitividade dos Estados tem como objetivo principal alcançar um entendimento mais profundo e abrangente das 27 unidades da federação, trazendo para o público uma ferramenta simples e objetiva para pautar a atuação dos líderes públicos brasileiros na melhoria da competitividade e da gestão pública dos seus Estados.”. CENTRO DE LIDERANÇA PÚBLICA. Ranking De Competitividade Dos Estados Brasileiros. Brasil, 2023. Disponível em: https://clp.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Relatorio_tecnico-Estados_2023.pdf

Como será visto posteriormente, o turismo deve ser encarado de uma perspectiva crítica por causar impactos ao meio ambiente, à organização e à vida social local. Para reduzi-los, é necessário que as atividades turísticas respeitem as características tradicionais de cada localidade e preservem seus recursos naturais. Se observarem e minimizarem esses impactos, é possível que práticas de turismo sejam sustentáveis.

É visível que, além do estabelecimento de parcerias, passo dado pela experiência do cultivo orgânico do algodão no estado, as agendas internacionais incentivam a mudança de perspectiva e a transição para formas mais sustentáveis de produção econômica, o que impulsiona os pequenos negócios e garante não só o crescimento da economia do estado como um todo, mas também das condições de renda da população, de maneira equânime.

Arranjos e Sistemas Produtivos Locais

O estado da Paraíba possui 22 Arranjos Produtivos Locais (APLs)³⁶ certificados pelo Núcleo Estadual de Apoio aos APLs da Paraíba (Neapl-PB). O Neapl-PB é o braço estadual do Grupo de Trabalho Permanente em APLs (GTP APL), órgão federal ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, que coordena políticas dirigidas aos APLs, articulando 35 instituições públicas e privadas.

Ao ser entrevistado, o gestor de convênios da Setde, Heitor Hildack, apontou alguns desses APLs e algumas medidas de incentivo estadual ainda em andamento, anteriores ao recorte da pesquisa. Entre as atividades produtivas incentivadas pelo estado estão a indústria, a agricultura, o artesanato, a pesca, a extração mineral, o turismo e o setor portuário. Alguns dos produtos característicos do estado são o algodão (com destaque para o algodão colorido orgânico), a cachaça, os couros e calçados, o leite de cabra e a renda renascença.

Tais produções são relacionadas a políticas estaduais e nacionais anteriores como uma forma de conectar setores e prover mais recursos para eles. Dois exemplos são o estabelecimento de uma relação entre o programa *Leite na Escola* e a produção de leite de cabra de algumas regiões do estado e o fomento da renda renascença junto ao *Programa do Artesanato Paraibano*.

Ademais, APLs podem ser maneiras de pequenas produções se desenvolverem e obterem crédito, espaço e reconhecimento por parte das políticas públicas, como ocorre com o artesanato e a renda renascença. Dessa forma, expressões culturais e materiais, como é o caso do artesanato paraibano, continuam tendo suas confecções artesanais garantidas e passaram também a aumentar suas produções e a exportar para outros estados e países, proporcionando segurança econômica aos artesãos.

Algodão Orgânico Paraíba

O programa *Algodão Orgânico Paraíba* tem suas origens no projeto *Algodão Orgânico*, iniciado em 2009 em alguns municípios paraibanos que se destacavam no cultivo desse produto, e em iniciativas que datam dos anos 1990, com a chegada do algodão colorido e os primeiros estímulos aos cultivos sustentáveis. O algodão é uma das principais cadeias produtivas do estado, sendo uma referência nacional e internacional.

Apesar de ainda não ser uma cadeia totalmente sustentável, em 2021 houve a retomada desse programa, depois de ele ter sido descontinuado em períodos anteriores.

³⁶ Segundo a definição do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, os Arranjos Produtivos Locais (APLs) consistem em “aglomerações de empresas e empreendimentos, localizados em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva, algum tipo de governança e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.” EMPRESAS E NEGÓCIOS. Quem são os APLs brasileiros. Gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/observatorioapl/apls-brasileiros>

Os princípios agroecológicos e sustentáveis passaram a ser incentivados, bem como o cultivo orgânico. A chamada “onda verde”, que vem ganhando espaço no cultivo, também influencia outras etapas da cadeia produtiva, como a fabricação do tecido e a produção de peças de vestuário com base sustentável, o que se relaciona com o ODS 12 (Consumo e produção responsáveis).

A transição agroecológica do algodão na Paraíba foi, inclusive, reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que, em 2017, identificou e divulgou a experiência de conversão à produção orgânica feita por agricultores familiares do assentamento Margarida Maria Alves I.³⁷ Já a metodologia de cultivo de algodão orgânico criada pela Arribaça, uma organização não governamental que assessora agricultores familiares de assentamentos de reforma agrária nas regiões de Borborema e do Cariri Ocidental, na Paraíba, foi reconhecida pelo Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social de 2019.³⁸

Os agricultores familiares têm sido fortalecidos na cadeia de produção do algodão orgânico do estado nos últimos anos. É o que mostram o termo estabelecido entre o governo da Paraíba e as cooperativas de agricultores familiares, por meio do projeto *Cooperar/PB Rural Sustentável*, e as parcerias estabelecidas para apoio técnico realizado por meio da Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (Empaer), que também atua na mobilização e na organização dos agricultores familiares.

Empreender PB

O programa *Empreender PB* tem como meta fomentar o empreendedorismo na Paraíba e atua por meio da concessão de crédito para empreendedores com vistas a impulsionar a ampliação, a modernização, a abertura e/ou a reativação de negócios.

O *Empreender PB* atende diversos segmentos do empreendedorismo, buscando desenvolver negócios “pautados na sustentabilidade e no equilíbrio entre os aspectos econômico e social, objetivando, simultaneamente, o fortalecimento da economia e o progresso das condições sociais da população paraibana”, de acordo com o site oficial da iniciativa.³⁹

Em seu site oficial, o programa é descrito como “uma das mais relevantes políticas públicas de desenvolvimento econômico e social do Estado na atualidade, visando a apoiar e fortalecer a economia solidária, o microempreendedor individual, o microempresário, o empresário de pequeno porte e as cooperativas de produção do estado”. Há, dentro do escopo do programa, uma linha de crédito específica para as mulheres, o *Empreender Mulher*.

Plano de Desenvolvimento Territorial Inteligente e Sustentável

O Acordo de Cooperação Técnico-Científico e Orçamentário-Financeiro assinado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pelo governo da Paraíba deu origem ao *Plano de Desenvolvimento Territorial Inteligente e Sustentável* (PLADES). A parceria entre as duas instituições teve início em 2016 e pretende, por meio dessa iniciativa, integrá-las para a construção de uma estratégia de desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável no território paraibano que seja alinhada técnica e politicamente com o desenvolvimento dos sistemas produtivos do estado.

37 SANTOS, Edna. FAO sistematiza experiência brasileira na produção do algodão colorido orgânico. Embrapa. Brasília, 29 set. 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/28564379/fao-sistematiza-experiencia-brasileira-na-producao-do-algodao-colorido-organico>

38 HERMANSON, Marcos. Produção de algodão orgânico em assentamento na Paraíba ganha prêmio nacional. Brasil de Fato, 21 nov. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/21/producao-de-algodao-organico-em-assentamento-na-paraiba-ganha-premio-nacional>

39 SECRETARIA EXECUTIVA DO EMPREENDEDORISMO. Sobre o EMPREENDER PARAÍBA. Governo da Paraíba. Disponível em: <https://empreenderpb.pb.gov.br/institucional/o-programa-empreender-pb>

No site do PLADES,⁴⁰ encontramos a informação de que essa iniciativa estava contida no *Plano Plurianual de Ações da Paraíba* para os anos de 2020-2023. Além disso, é dito que o Plades é aderente aos 17 ODS acordados pela UFPB e pelo governo estadual junto ao *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD) na Agenda 2030. Contudo, não encontramos mais informações sobre a aplicação desse plano.

RIO DE JANEIRO

O Rio de Janeiro (RJ) está localizado na região Sudeste do Brasil e possui uma população de mais de 16 milhões de habitantes (IBGE, 2022). Ele dispõe da segunda maior economia estadual pela óptica da participação no valor adicionado bruto nacional.

Os principais setores da economia estadual são o setor de serviços, que corresponde a mais de 70% do PIB estadual, e o setor industrial, no qual se destaca a indústria petroquímica, que inclui petróleo e gás natural. Em razão de as duas maiores bacias de petróleo brasileiras, a Bacia de Santos e a Bacia de Campos, estarem localizadas no Rio de Janeiro, o setor petroquímico tem proeminência na economia local: o estado concentra 88% da produção de petróleo e 74% da extração de gás natural do País.⁴¹

No entanto, esse mercado está sujeito a grandes variações e a choques externos que podem influenciar as contas públicas do estado e dos seus municípios. Isso ocorre uma vez que períodos de baixa produção de petróleo e gás significam menos compensações financeiras, *royalties* e participações especiais advindas da exploração desse recurso natural. Além disso, o uso de combustíveis fósseis vem sendo desincentivado por haver evidências cada vez mais robustas de sua contribuição para as mudanças climáticas.

Em 2017, o Rio de Janeiro entrou em processo de recuperação fiscal em decorrência do enorme impacto que as crises econômicas e as do setor petroquímico tiveram no estado. Observa-se que a dependência desse setor acarreta o baixo incentivo a outras fontes de energia renováveis.

Nos últimos três anos, foi desenvolvido um plano estratégico capitaneado por servidores públicos de carreira tendo em vista o desenvolvimento a longo prazo do estado. Nesse sentido, o Rio de Janeiro vem retomando e aumentando a atividade econômica. Os trabalhos apontados e validados em entrevista com o gestor estadual de Planejamento, Leandro Damaceno, indicaram que o estado está em um momento de preparativos, mais do que de execução e avaliação de boas práticas. Contudo, poucas informações sobre ações concretas ou já implementadas no âmbito dos programas foram encontradas.

Em 2021, três dos quatro blocos da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) foram leiloados, o que constituiu uma das maiores concessões do segmento no País. Apesar disso, os avanços ainda são incipientes, considerando a redução das desigualdades no que tange ao saneamento básico, ao abastecimento de água no estado e às medidas que priorizem os estratos menos favorecidos da população.

Embora o cenário seja de retomada, o Rio de Janeiro tem mostrado adesão à Agenda 2030. Isso é evidenciado pela criação de ciclos de debates de que participam atores comprometidos com o desenvolvimento sustentável e o compartilhamento de práticas, reunidos na plataforma *Rio2030*. No âmbito da *Rio2030* também existem projetos como o *Rio Inclusivo e Sustentável*, que se beneficiará de cooperações para

40 PLADES - Plano de Desenvolvimento Territorial Inteligente e Sustentável. Governo da Paraíba. Disponível em: <https://plades.pb.gov.br/sobre-o-plades>

41 ANDRADE, Hanrrikson; RUDDY, Gabriela. Indústria de óleo traça estratégia judicial para derrubar taxa recriada no Rio. Agência Epbr de Notícias LTDA. Brasil, 10 jan. 2024. Disponível em: <https://epbr.com.br/industria-de-petroleo-traca-estrategia-judicial-para-derrubar-taxa-de-fiscalizacao-tfpg-recriada-no-rio>

aumentar a capacidade institucional para o cumprimento dos objetivos da Agenda 2030, como indica o ODS 17 (Parcerias e meios de implementação).

Pacto RJ

O *Pacto RJ* é um programa de investimentos fluminense que reúne uma série de projetos voltados para a infraestrutura que estão em execução em todo o estado. Essa é uma iniciativa do governo estadual que tem como meta o desenvolvimento socioeconômico por meio de parcerias público-privadas em diferentes áreas, como segurança, saúde, educação e infraestrutura. O *Pacto RJ* é anterior ao atual *Plano de Planejamento Estratégico* (Pedes).

O *Pacto RJ* também conta com uma plataforma cujo propósito é dar transparência aos recursos investidos pelo governo estadual, possibilitando acesso às informações sobre os projetos selecionados em cada município.

Ao acessar a plataforma *Pacto RJ*,⁴² é possível verificar o estágio das 851 ações que foram contempladas com investimentos de mais de 15,1 bilhões de reais oriundos do estado, bem como acompanhar dados sobre a concessão de serviços de saneamento nos municípios fluminenses e as estimativas de impactos econômicos. A ferramenta pode ser considerada importante para a promoção do ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), ao permitir o controle social.

No portal, além de acompanhar as atualizações sobre os projetos, o usuário pode acessar outras informações relevantes. Na aba denominada “Pacto Econômico”, por exemplo, são disponibilizados dados referentes a emprego e renda. Já na aba “Painel ODS”⁴³ é apresentado um mapa interativo do estado no qual são identificados o projeto, o órgão executor, o estágio, os investimentos, bem como é informada a maneira como cada uma das 851 ações se relaciona com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nota-se, porém, que algumas áreas e, conseqüentemente, alguns ODS não foram priorizados pelo *Pacto RJ*, como, por exemplo, o ODS 1 (Erradicação da pobreza), o ODS 5 (Igualdade de gênero) e o ODS 7 (Energia acessível e limpa). O *Pacto RJ* é compreendido como “estímulo substancial à atividade econômica” e ação democratizadora dos investimentos no estado, conforme o site do programa.

Rio2030

A plataforma *Rio2030* foi criada em 2021 e busca fortalecer a Agenda 2030 no estado. A estratégia utilizada é a sensibilização e a educação para a sustentabilidade por meio de ações de engajamento de diversos atores da sociedade e de difusão de conhecimento, tecnologias e iniciativas. Foram realizados seminários, painéis e conferências de temas variados que convergem para a temática da sustentabilidade, buscando diálogo e compartilhamento de experiências entre os atores.

Um dos projetos apoiados pela iniciativa *Rio2030* é o *Rio Inclusivo e Sustentável*. Em parceria com a ONU-Habitat, o governo do Rio de Janeiro busca aumentar as capacidades institucionais e a resiliência urbana e climática de territórios com maior vulnerabilidade e impactos recorrentes.

As três frentes de atuação do *Rio Inclusivo e Sustentável* são:

42 GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Pacto RJ. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.pacto.rj.gov.br/index.php>

43 GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Painel Projetos. Pacto RJ. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.pacto.rj.gov.br/dashboard.php>

- Melhorar a capacidade de o Rio de Janeiro formular políticas públicas sociais, econômicas e ambientais que sejam orientadas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- Qualificar o estado para implementar uma estratégia de resiliência urbana e climática.
- Capacitação de comunidades para implementar estratégias propostas nesse contexto.

As ações com vistas a impulsionar a cultura de sustentabilidade no estado incluem: “o desenvolvimento de ações de prevenção e mitigação de desastres; o fortalecimento de capacidades técnicas dos municípios; o aperfeiçoamento de sistemas de monitoramento e o uso de dados; a inovação na gestão pública e a mobilização e participação da comunidade”.⁴⁴

No entanto, não foram identificadas mais informações sobre o que já foi implantado ou está em andamento.

44 ONU. ONU-Habitat e Governo do Estado do Rio de Janeiro lançam ação para promover resiliência urbana e climática. Brasil, 25 out. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/250620-onu-habitat-e-governo-do-estado-do-rio-de-janeiro-lan%C3%A7am-a%C3%A7%C3%A3o-para-promover-resili%C3%Aancia>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final, o que é “desenvolvimento econômico sustentável”? A pesquisa mostrou que o entendimento sobre esse conceito difere entre os estados e atores envolvidos nas iniciativas voltadas para práticas de sustentabilidade. Contudo, o que podemos atribuir a todas as boas práticas aqui apontadas é que nenhuma delas apresenta como objetivo o desenvolvimento econômico inclusivo – o que buscávamos primordialmente identificar durante a pesquisa que originou este trabalho.

A ideia de *desenvolvimento* ou *crescimento econômico inclusivo*, segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE),⁴⁵ traz, obrigatoriamente, a noção de que os ganhos do crescimento precisam ser equitativamente distribuídos em uma sociedade. O que se percebe é que, apesar do cumprimento de outras prerrogativas para a garantia do desenvolvimento econômico sustentável (por exemplo, a tentativa de diversificação de financiamentos, optando-se por direcioná-los também à promoção de práticas sustentáveis, e a busca por uma economia mais verde), a inclusão acabou ficando de fora da lógica da gestão pública. Ao final, não são expressos objetivos específicos que assegurem essa distribuição equitativa, salvo algumas iniciativas destinadas diretamente a grupos vulnerabilizados, como o projeto cearense *Renda do Sol*.

Nossa escolha metodológica foi a de não especificar previamente quais aspectos do desenvolvimento econômico sustentável eram de nosso interesse, permitindo às gestoras e aos gestores entrevistados que trouxessem à tona aspectos que julgam mais relevantes, de acordo com as especificidades dos seus contextos estaduais e regionais. Justamente por esse motivo, chama a atenção o fato de a questão da inclusão não parecer ser a prioridade de quem ocupa cargos de gestão nos estados.

Um dos principais eixos trazidos pelas pessoas entrevistadas foram as ações de melhoria na infraestrutura dos estados. Nessa categoria, estão compreendidos os investimentos destinados tanto à criação de rodovias quanto à criação de escolas e outros equipamentos públicos, como a ampliação e o aprimoramento da oferta hídrica, por exemplo.

Outros dois eixos recorrentes foram as medidas que visam à atração de empresas e as de incentivo às energias renováveis. A transição energética aparece como um dos mais elementares interesses e como uma importante área de fomento, em especial nos estados com maior capacidade de geração de energia a partir de fontes consideradas mais limpas, especificamente em relação à emissão de carbono.

Uma ressalva deve ser feita em relação às fontes renováveis. As cadeias de produção de energia eólica e de energia solar não são isentas de causar impactos ambientais nas comunidades próximas às instalações das usinas. Embora sejam recursos renováveis, sua produção utiliza turbinas e placas solares em escalas industriais, e implica a extração de matérias-primas não renováveis, além de gerar grande quantidade de resíduos sólidos. Portanto, ela se ajusta às medidas de redução do uso de matrizes energéticas não renováveis e de combustíveis fósseis, porém provoca impacto ambiental. O impacto social é direto em comunidades de localidades com alto potencial eólico ou de incidência solar, que precisam ser deslocadas para a construção

45 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/cade/pt-br/assuntos/internacional/cooperacao-multilateral/organizacao-para-a-cooperacao-e-desenvolvimento-economico-ocde-1>

dos parques ou são obrigadas a conviver com os sons das turbinas eólicas, no caso de parques eólicos, ou com o aumento da temperatura na região, no caso de parques solares. Isso, por sua vez, causa prejuízos à fauna e à flora locais. Esse ponto também sustenta a ideia de que a inclusão social não parece ser prioridade para as gestões.

Fica evidente que os estados estão direcionados para a “modernização” das secretarias estaduais com iniciativas de reestruturação, desburocratização e novas metodologias de investimento público, além de investimentos em capital humano. Também foram destacados planos, programas e projetos que visam ao planejamento estratégico a médio e longo prazos. Muito embora esses instrumentos orientem as ações internas, poucos foram os exemplos encontrados sobre a real aplicação deles.

O levantamento realizado por nós reuniu algumas boas práticas estaduais com a intenção de dar visibilidade para as ações públicas que se direcionam ao desenvolvimento econômico sustentável dos estados. O levantamento não teve como pretensão ser exaustivo, e sim ressaltar as boas práticas estaduais identificadas, ainda que muitas estejam em desenvolvimento ou em fases iniciais de implementação.

Nesse sentido, duas grandes dificuldades foram constatadas. A primeira delas foi estabelecer contato com as secretarias e, uma vez recebido o aceite da entrevista, agendá-la. Sendo assim, não foi possível entrevistar representantes de todos os estados identificados na primeira etapa, ou seja, aqueles que contam com secretarias específicas para a promoção do desenvolvimento. Muitos deles não deram retorno aos e-mails e às ligações. Organizações multilaterais também contatadas não responderam às mensagens de email. As tentativas de contato com as secretarias se estenderam por meses, muitas vezes sem sucesso nem retorno. Tal dificuldade é intrínseca à utilização das entrevistas como método de coleta de dados, mas somou-se, ainda no início, a outro contratempo: a desatualização de informações de contato (telefone ou email) das pessoas responsáveis das secretarias ou assessorias de comunicação.

A segunda dificuldade foi conseguir acesso às informações sobre as ações estaduais, principalmente ao cronograma, ao orçamento e à execução orçamentária das iniciativas selecionadas. Entendemos que tal problema se acentuou em razão de ter sido o primeiro ano de mandato ou o primeiro ano do segundo mandato, no caso de governadores que foram reeleitos, período em que há maior foco no planejamento das secretarias estaduais e do governo como um todo e na concepção e no início da implementação das políticas e dos programas. Entretanto, isso revela a falta de transparência e a dificuldade, por parte dos estados, de compartilhar informações sobre as políticas públicas, que deveriam ser amplamente divulgadas – afinal, trata-se de políticas que já estão em andamento, não em fase de elaboração.

Em etapas anteriores da pesquisa, foram identificadas iniciativas federais e de outros estados que merecem ser reforçadas. Em 2023, foi instituída a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Cnods), cujo objetivo é a internalização da Agenda 2030 e o acompanhamento das ações. A Agenda 2030 também tem mobilizado eventos e discussões nas cortes superiores brasileiras, culminando na criação de uma ferramenta de categorização automatizada que correlaciona processos do Supremo Tribunal Federal de acordo com os objetivos e metas nela previstos.

Voltando-nos ao nível subnacional, destacamos as seguintes iniciativas: *Paraná de olho nos ODS*, implementada pelo estado do Paraná; o projeto-piloto *Integrando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, com a participação da Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso (Desenvolve-MT); a criação da *Câmara Técnica*

de *Juventudes*, que integra o Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática e atende ao ODS 10, que recomenda a redução das desigualdades, inclusive etárias, em espaços de decisão; a *Estratégia Tocantins Competitivo e Sustentável*, do Tocantins, também alinhada aos ODS.

Essas iniciativas públicas recentes reiteram o que já sabíamos sobre a Agenda 2030, e nossos achados reforçam o conhecimento manifestado no *V Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030*: há maior adesão à Agenda 2030 pelos entes subnacionais, nos quais comissões municipais e estaduais dos ODS avançam na localização⁴⁶ dela. Os ODS tornaram-se “linguagem comum”, e sua menção em iniciativas públicas é cada vez mais recorrente, ainda que, por vezes, apareçam como “marca” e sem especificações evidentes sobre a maneira como os objetivos serão alcançados – em especial, o de uma economia desenvolvida e inclusiva.

46 De acordo com documento disponibilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o termo localização refere-se ao “processo de levar em consideração os contextos subnacionais na realização da Agenda 2030”. FILHO, Haroldo Machado. Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional. PNUD. Brasília, 2016.

ARTIGO 19 BRASIL

Defendendo a Liberdade
de Expressão e Informação

🌐 www.artigo19.org

📞 @artigo19

📷 @artigo19

📱 @artigo19brasil

✉ comunicacao@artigo19.org

REALIZAÇÃO:

